

Literatura e História: As narrativas presentes na historiografia de Goiás³⁷

Rogério Max Canedo³⁸

Resumo: Propôs-se neste texto a análise da obra *Cegou o Governador*, de Bernardo Élis, na tentativa de verificar como o referido romance contribuiu para sedimentar na literatura os estigmas de decadência e isolamento que há muito vem sendo afirmados na Historiografia de Goiás, uma vez que o enredo dessa ficção se debruça sobre essa capitania central do país dos primeiros anos do século XIX. Para tanto, foi-nos mister refazer os caminhos outrora percorridos pelos elaboradores da história local, tais como os viajantes e cronistas, verificando como o romancista goiano se apropriou do material elaborado por eles para compor sua obra de ficção. Nesta perspectiva percebe-se que Élis foi, antes de tudo, um pesquisador assíduo das fontes primárias e secundárias que lhes revelaram os costumes de sua região, utilizando em grande medida, via estética, os discursos proferidos pelos percussores da história de Goiás, e que, em suas mãos ganharam aspectos singulares de um perfeito consórcio entre conhecimento histórico e saber artístico.

Palavras-chave: História; Literatura; Romance; Goiás.

Abstract: The purpose of this text is to present an analysis of the novel *Chegou o Governador*, by Bernardo Élis, in the attempt to verify how the referred novel contributed to settle in literature the stigmas of decay and isolation which from a long time have been held in Goiás' Historiography, considering that this fiction's plot looks into the country's central captaincy in the first few years of the 19th century. Therefore, it was necessary to retake the steps once given by the local history's developers, such as travelers and chroniclers, verifying how the Goiano novelist appropriated of the material elaborated by them to make his work of fiction. Thus, it is possible to see that Élis was, before all, an assiduous researcher of the primary and secondary sources, which revealed to him the manners of his region. In this way, he utilizes in great proportion, through the aesthetic, the speeches made by the forerunners of Goiás' history and which in his hands achieved singular aspects of a perfect union between historical knowledge and artistic lore.

Keywords: History; Literature; Novel; Goiás.

³⁷ Pesquisa subsidiada pela agência CAPES.

³⁸ Doutor em Literatura, pela Universidade de Brasília. Membro pesquisador dos grupos de pesquisa *Mayombe: Literatura, História e Sociedade* e *Literatura e Modernidade Periférica* (UnB). E-mail: max_canedo@hotmail.com.

As narrativas se caracterizam por formar no leitor um ambiente de memórias provenientes dos mais diferentes acontecimentos, factuais ou não. Através dessa ferramenta o homem se vê munido da capacidade de recuperar um tempo, da qual se vale para a reconstrução de seu passado, tentando se preencher daquilo que não possui, a amplitude do conhecimento de si mesmo. Assim, desde o início das civilizações, registros narrativos têm sido promovidos com o intuito de preservação da própria espécie humana, esta que se vê alicerçada nas bases de seus antepassados e de sua própria história. Com o passar dos tempos essas narrativas foram tomando formas mais pragmáticas, tornando-se ciência, ganhando contornos particulares de linguagem documental. Em especial, coube à história o encargo de trazer à luz do presente uma realidade que já não é mais a do aqui e agora, a realidade do passado. Desde então a Historiografia, como prática dos pesquisadores da história, se debruça sobre a infundável tarefa de (re)construção do tempo, (re)paginação dos fatos e (re)elaboração do passado.

Pensando assim, o presente trabalho propõe traçar o caminho que possibilite visitar os textos fundadores da história de Goiás confrontando-os a outras fontes, desta vez literárias, para então percebermos como as duas áreas, história e literatura, se apropriaram da matéria social goiana. Porém, diante dos diversos aspectos que afloram das narrativas sobre a história de Goiás é mister delimitar alguns sobre os quais se debruçou a Historiografia goiana, em especial quando do retrato da Capitania na primeira metade do século XIX. Neste aspecto privilegiam-se aqui os retratos que foram registrados acerca dos estigmas da “decadência” e do “isolamento” pelo qual passou Goiás especialmente durante o século em questão.

Mais especificamente, a partir do século XVII, em Goiás, a Historiografia foi sendo formada, e coube aos seus primeiros desbravadores, como Bartolomeu Bueno – o temível Anhanguera – e sua comitiva, promover os primeiros registros desta distante terra, quando nela chegaram em 1625. Alguns anos depois seu

filho embrenha-se pelo mesmo sertão preenchendo mais algumas páginas da história da terra dos Guayazes. Este astucioso desbravador, que diferentemente de seu pai não levou das novas terras nenhum bem que caminhasse por si só, mas o pôs na algibeira, teve relevante participação na construção do que viria ser um grande capítulo da história do povo goiano e da cobiça de uns outros tantos que se “goianizaram”, enchendo-se de um espírito aventureiro em busca de grandes riquezas.

Em especial, no século XIX, outras comitivas, quase sempre solitárias, começaram a construir a história dos goianos, eram elas compostas, quase sempre, por um viajante europeu e seu auxiliar. Esses viajantes foram responsáveis pela confecção de diários que configuraram por muito tempo as descrições praticamente mais completas das novas terras. Entre eles estão Augusto de Saint-Hilaire, Luiz D’Alincourt e Francis Castelnau; pessoas ligadas à administração da Capitania, como o ex-governador Alencastre; militares como Cunha Mattos e pessoas ligadas ao Clero, como o padre e poeta Silva e Sousa, que também contribuiu para as páginas da Historiografia. Já no século XX outros historiadores surgiram, como o padre Luiz Palacín e o pesquisador e professor Nars Chaul, debruçando-se sobre os estudos da história goiana. Vale lembrar que no século XX se verifica um número expressivo de historiadores dedicados à manutenção ou revisão dos fatos outrora historiografados em Goiás.

Pensando primeiramente nas ciências históricas é preciso compreender a função do historiador acerca da matéria narrada; de que lugar ele fala; quem ele é e o que ele relata. O historiador, antes de tudo, é um recuperador do tempo, que nunca é o seu. Para essa tarefa ele se vale da linguagem e a manipula segundo suas concepções, dando-lhe condições para que surja uma narrativa das memórias pesquisadas e articuladas. O historiador torna conciso aquilo que o tempo lhe deu de forma fragmentada, procura se imparcializar, não sendo plenamente possível por ser

homem, por ser passível de subjetividade e de impressões abstratas.

Nossas histórias de vida são amontoados de impressões erráticas, de pulsões incompletas, de degenerações da memória. Alguém ao tentar reconstruir o passado acaba por transformá-lo em generalizações, em coisas que existiram e às vezes em coisas que sequer existiram. E que passaram a existir, sem que ocorra qualquer espanto com isso (BERTRAN, 1998, p. 34).

Durante os longos anos em que os viajantes percorriam os caminhos de Goiás e, posteriormente, os estudiosos das ciências históricas os trilhavam em suas pesquisas, pode-se observar certa recorrência no uso dos termos “decadência” e “isolamento”. Principalmente para os primeiros viajantes era difícil conceber a ideia de uma terra em desenvolvimento, quando se descende de uma realidade tão oposta e de outros vislumbres. As comparações eram inevitáveis, quase sempre impedindo um olhar mais justo sobre a realidade que era tão outra em Goiás.

Posteriormente, os estudiosos que se dedicaram à Historiografia goiana usaram com bastante recorrência os primeiros relatos e pouco se diferenciaram em suas perspectivas, reproduzindo “verdades” como a falta de mão-de-obra, o ócio e a preguiça em que vivia o povo goiano, que não se dava aos serviços de maior esforço; as dificuldades de se transpor as barreiras da distância dessa nova terra devido às estradas intrafegáveis, sobretudo em períodos de chuva; as pontes que davam acesso à maioria dos arraiais eram de uma calamitosa situação; a falta de comunicação com outros centros, a pouca produção que se estabelecia na terra onde outrora minava ouro, o despovoamento e o escasso esforço de investimentos na agricultura e pecuária eram pautas. Esses conceitos foram sedimentando na Historiografia os estigmas de “decadência” e “isolamento” que corresponderam, em certa medida, ao espírito local.

No início do século XIX passou em viagem a Goiás Augustin François César Provençal de Saint-Hilaire. Este francês

e professor de botânica esteve no Brasil entre os anos de 1816 e 1822, mas foi por volta de 1819 que empreendeu sua viagem e suas impressões sobre a terra goiana. Seus relatos em um diário de viagens concentram-se no período posterior à atividade da extração do ouro, assim o retrato da capitania pós-aurífera é claramente percebido por uma visão que abunda na perspectiva de escassez de toda sorte de elementos que pudessem tornar a terra de Goiás desejosa aos olhos dos viajantes. O redator expõe com minúcias o que muito foi reproduzido na Historiografia goiana acerca dos anos posteriores à geração mineradora.

Ouro Fino apresenta agora um aspecto de triste decadência. Todas as casas estão semi-arruinadas, e várias delas se acham desabitadas. Sua igreja, filiada à paróquia de Vila Boa, não tem melhor aparência que as casas. As poucas pessoas que ainda vêm nesse pobre arraial vivem de um modesto comércio de porcos e de magra renda de algumas vendinhas miseráveis (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 48).

Para o francês tal situação acarretava uma série de desencontros em Goiás e propiciava a falência de qualquer perspectiva de melhoria. Essa imagem deságua em outra, a do isolamento, frequentemente utilizada como fator para a total estagnação dos meios com os quais os goianos pudessem sair da situação em que se encontravam. Para Saint-Hilaire dificilmente os homens investiriam, naquela época, na agricultura de exportação, tamanho era o isolamento daquele ermo lugar, onde o comércio se dava apenas internamente entre os colonos e tinha pouquíssimas chances de vencer a barreira da distância.

Em 1824 Raymundo José da Cunha Mattos viaja sobre o interior da Capitania. O militar efetua tal façanha no período em que foi Governador das Armas em Goiás, em 1823, permanecendo no cargo até ser eleito deputado da província. Em sua viagem o português fez um levantamento da capitania e nele o redator fala sobre a escassez da agricultura, que tanto poderia ser cultivada em solos tão férteis como os de Goiás.

A agricultura, se é que tal nome pode se dar aos trabalhos rurais da província de Goiás, acha-se no maior desprezo e abatimento, que nunca teve em país algum civilizado. [...] Esta carestia mostra a escassez do gênero e, por conseguinte desvanece a desculpa daqueles que dizem que não trabalham porque não podem vender os frutos que colhem (MATTOS, 1979, p. 75/6).

Outro viajante que muito se dedicou na descrição das novas terras foi Luiz D'Alincourt. Militar, nascido no final do século XVIII, faz uma vigem de Santos, em São Paulo, à Cuiabá, no Estado do Mato Grosso, partindo no ano de 1818 e tendo término no ano seguinte. Para o pesquisador, Goiás padecia dos mesmos maus pelos quais se dedicaram a escrever os viajantes contemporâneos, no entanto, levanta uma série de outros fatores como a política e os costumes locais que apresentavam uma Capitania que pouco motivo tinha para prosperar. Mas é na falta da atividade agrícola e na escassez de mão-de-obra que os redatores dos diários de pesquisas tiveram dedicada atenção:

[...] as fôrças estavam fracas, e não podiam ser divididas; a escravatura entrou a padecer cada vez mais pela falta do sustento precioso, de que os Senhores, com máxima errada, se desviavam por lhes consumir uma grande parte, dos já diminutos jornais, pois tudo lhes fazia falta para a manutenção de seu fausto aparente; e acrescentando mais a falsa política, com que proibiam os casamentos dos escravos; e desta forma uma boa parte dêstes infelizes pereceu com o pêso do trabalho, e da miséria assim acabaram todas as grandes casas, que firmavam o seu forte na Mineração; e o luxo na Capital, a ociosidade e a falta de meios para se exportarem alguns gêneros de Agricultura, têm finalmente aproximado Goyaz à sua ruína final (D'ALINCOURT, 1975, p. 114).

Aparece com grande importância, na Historiografia, o geógrafo e ex-governador da Província de Goiás, José Martins Pereira de Alencastre. Seu trabalho, publicado pela primeira vez

em 1864, retrata a situação da política, economia e sociedade goiana nos anos que compreendem de 1625 a 1824. O que se verifica em Alencastre é a dificuldade de se romper com o estigma do isolamento, tão impregnado pela Historiografia goiana. No governo de Dom Francisco de Assis Mascarenhas, por exemplo, uma das principais preocupações era a de findar as distâncias através das navegações e por consequência desenvolver a Capitania via escoamento das mercadorias. Ao apontar esse desejo do ex-administrador goiano, Alencastre explicita as dificuldades antes relatadas acerca do desenvolvimento agrícola de Goiás naquele século, reforçando a pouca perspectiva de ascensão a que se encontrava a província.

Estabelecer com o Pará relações comerciais, por via do Tocantins e do Araguaia, era seu grande desiderato, porque ele via que Goiás produzia bem o algodão, o fumo, o açúcar, o café e o trigo, e não podia permutar esses gêneros, nem dar extração aos produtos do gado, sendo uma província essencialmente criadora, para ter consumidores e fregueses carecia de meios fáceis de transporte (ALENCASTRE, 1979, p. 304).

Os anos passam e por muito tempo permaneceram intocáveis os estigmas de “decadência” e “isolamento”. Historiadores do século XIX e grande parte dos que publicaram no vasto século XX reproduziram com veemência a situação estigmatizada da Capitania. A história do povo goiano ficou assim alicerçada pela visão daqueles que primeiro a transpôs para seus diários e, em sua totalidade, escrita por punhos europeizados, como vimos anteriormente. Assim, é no século XX que outros pesquisadores surgiram, a fim contribuir mais cientificamente com a Historiografia, é o caso do padre, pesquisador e professor universitário Luiz Palacin.

Natural da Espanha, esse moderno historiador não deixa, entretanto, de reproduzir certa visão há muito historiografada. Neste aspecto, Goiás ainda recebe a confirmação de seus estigmas, com a ressalva de serem agora preenchido de uma tentativa de

explicação dos fenômenos ocorridos, o que antes não acontecia por se tratar basicamente de relato de fatos.

A nova configuração que adquire a Capitania com a decadência é a ruralização da vida: de uma população radicada, quase exclusivamente, em centros urbanos – por pequenas que estas povoações fôssem – passa-se a uma dispersão atomizada da população pelos campos. Realiza-se a transmutação, por toda a geografia de Goiás na segunda década do século XIX, encontra-se carcaças de antigas populações mineiras outrora cheias de vidas, o capim cresce nas ruas, a maior parte das casas abandonada por seus habitantes se desmancham e até as igrejas, a começar por suas torres, vão caindo aos pedaços (PALACIN, 1972 p. 156).

Por fim aparece a figura do pesquisador e professor Nasr Fayad Chaul como definitiva contestação à Historiografia que fora montada durante o século XIX e que reproduzia, com fidelidade extremada, os estigmas causadores da total desolação em Goiás. Perpassando vários anos da história, Chaul explora as camadas sociais e principalmente políticas, a fim de contestar a formação dos pilares da Historiografia, feitos principalmente sobre os primeiros séculos de Goiás. Do auge da extração aurífera aos tempos ditos modernos, o pesquisador vai apontando lacunas nos discursos da história que possibilitam, no mínimo, um olhar mais atento sobre os fatos relatados outrora. Partindo da análise de vários estudiosos, trilhando os caminhos da Historiografia, tendo como escolha de corpus tanto as fontes primárias quanto as fontes secundárias, o historiador apresenta outra visão para a Historiografia e sugere que a sociedade, e principalmente as questões econômicas da Capitania, sejam vistas também de outra forma. Assim, “na sociedade goiana pós-mineração, houve o esgotamento de uma forma de produção e a substituição por outras atividades econômicas sem que isto tenha implicado em decadência propriamente dita.” (CHAUL, 1997, p. 18). Ainda relata que,

Acreditamos assim que o conceito de decadência é uma representação que foi gestada pelos cronistas, governadores de Província e, posteriormente, reproduzida pela historiografia goiana, com base no isolamento da Província, por meio da visão europeizante dos que vieram a Goiás e do que pensavam ter existido (o fausto e a riqueza) na sociedade mineradora (op. cit. p. 76).

Percebe-se claramente as oscilações conceituais da história de Goiás ao longo dos anos e, em particular, nesta nossa análise, no período que corresponde ao vasto século XIX. Posteriormente, esse mesmo percurso é retomado, agora nos finais do século XX, para então ser contestado, o que vimos por meio de pesquisadores como Chaul. Neste aspecto retomamos a discussão sobre a narrativa de memórias, que por ser linguagem faz do fato um objeto passível aos vários olhares.

Pensando assim, o historiador, como qualquer ser que pretende reconstruir algo, o fará por meio da linguagem, que é utilizada, neste caso, para repor um tempo que nunca é o do narrador; o fato sempre se distanciará em maior ou menor medida de quem o descreve. Essa recuperação deverá obrigatoriamente contar com elementos muitas vezes abstratos que compreendem a formação de um discurso maior, no caso das ciências históricas conhecido por narrativa factual. Com isso a linguagem possibilita ao seu manipulador construções diversas de um ou mais contextos, daí muitas vezes os discursos dos historiadores, que compreendem os dois séculos citados, serem em alguns momentos tão distintos. Pensando assim,

A História-arte é sobretudo uma narrativa de acontecimentos, que os recria como se fossem presentes. Fazendo do historiador “um contemporâneo sintético e fictício” do que ocorreu, fornece-nos imagens do passado, recuperado, tornado visível. Ela não se exime, portanto, do esforço da imaginação projetiva, que acusa a vivência particular do historiador, parente próximo do artista (NUNES, 1988, p. 10).

Coube mais particularmente à literatura essa simetria com a narrativa histórica. Para Antônio Esteves (1998, p. 125) “a história e a literatura têm algo em comum: ambas são constituídas de material discursivo, permeado pela organização subjetiva da realidade feita por cada falante, o que produz uma infinita proliferação de discursos”. Neste âmbito surge o romance como gênero artístico-narrativo que mais se aproxima do extrato social e, é ele, desde o seu surgimento, responsável por reconstruir esteticamente os acontecimentos que acometeram o homem nos seus mais diferentes tempos e manifestações.

Acerca destes aspectos que aproximam em grande medida a história e a ficção, é importante tentar observar qual foi o olhar da literatura sobre a Capitania de Goiás no período que corresponde ao que foi relatado pelos diversos viajantes, que por solo goiano passaram. Assim, fazendo o recorte do início do século XIX, é possível confrontar os discursos oferecidos pela história e pela literatura, concernentes à cultura, economia e sociedade goiana do mesmo século, tentando perceber, sobretudo, em que medida as artes assumiram os conceitos de decadência e isolamento e de que maneira estes estigmas foram trabalhados no texto de ficção. Essa verificação se dará com o confronto entre Historiografia e literatura no que tange ao discurso dos primeiros historiadores e o romance *Chegou o Governador* (1987), de Bernardo Élis, respectivamente.

Bernardo Élis Fleury de Campos Curado nasceu em 1915, na cidade de Corumbá, hoje Corumbá de Goiás. Sempre se mostrou um importante pesquisador da história de Goiás, publicando vários ensaios voltados para esta temática. Sua preocupação histórica pode ser percebida, em particular, em uma de suas obras denominada *Marechal Xavier Curado*, criador do exército nacional, que reconstrói a importância do ilustre tenente-coronel, e ascendente da família do escritor, em prol da defesa do território brasileiro. Este ensaio, publicado em 1973, faz parte de um extenso rol de estudos acerca da história do povo goiano. Enquanto artista, dos três romances que Élis escreveu, dois são

sobre temas históricos goianos, como o famoso O Tronco, de 1956 e Chegou o Governador, de 1987. Assim, o romancista parece tornar plausível verificar em suas obras de ficção como as mesmas se apropriam do material histórico para a (re)construção da matéria em literatura.

O enredo do romance inicia-se com a chegada, em 1804, em Vila Boa de Goiás, do governador D. Francisco de Assis Mascarenhas, português, filho das altas classes lusitanas e que fora nomeado governador da Capitania. O plano principal da narrativa de ficção se dedica a mostrar o enlace amoroso entre o novo Capitão-General e a jovem Ângela Ludovico, filha das terras de Goiás e de família que, apesar de abastada, não provinha da nobreza. Dentro dessa gama narrativa há um grande embaraço: apaixonado, o jovem governador não pode se casar com Ângela, que insiste no consórcio, mesmo contra os julgados preestabelecidos; porém, o matrimônio é para a goiana condição única para que o Conde permaneça ligado a ela amorosamente, uma vez que Ângela já se encontrava com dois filhos de D. Francisco. No entanto, devido aos costumes e interesses de ascensão política a que pretendia Mascarenhas, o casamento não se realiza, concluindo a narrativa com o governador partindo de Vila Boa em 1809 e a jovem casando-se com o seu antigo namorado, o Alferes José Rodrigues Jardim, este que, ao que parece, tem um parêntese na Historiografia, onde foi um importante personagem das páginas de Goiás. “A 31 de dezembro de 1831 tomava posse o presidente da Província de Goiás, Coronel-de-Ordenanças José Rodrigues Jardim” (AMERICANO DO BRASIL, 1982, p. 111).

A própria estrutura do romance pode servir também como ponto de partida para a análise do diálogo que pretendemos aqui. A obra é dividida em quatro capítulos assim denominados: I – Febre com delírio; II – Febre sem delírio; III – Prostração; IV – Epílogo dispensável talvez. Tais termos foram retirados do discurso do Governador João Carlos Augusto D’Oeynhausen,

registradas pelo historiador Palacin em Goiás 1722-1822: estrutura e conjuntura numa capitania de Minas:

O general partia para sua capitania sem conhecê-la, sabendo unicamente que se tratava de um território novo, onde tudo estava ainda por fazer: traçava grandes planos para debelar o atraso e a miséria; pensava imortalizar-se arrancando aquelas vastidões da barbárie em que se encontravam. Era a febre com o delírio. Chegado a seu governo, percebia imediatamente que aqueles planos concebidos em Lisboa, ou no Rio de Janeiro, não eram aplicáveis no interior do Brasil. Procurava reformá-los, conformá-los com a realidade, cheio ainda de entusiasmo. A febre sem delírio. Os desenganos, a indiferença total com que eram recebidos seus planos de reforma, acabavam por vencê-los. Caía na prostração geral, no ritmo sem tempo das capitanias do interior (PALACIN, 1972, p. 114-115).

O número de personagens da Historiografia que compõem o romance do autor goiano, a descrição da cidade de Vila Boa, os panoramas sociais e peculiares do povo da época podem ser largamente citados, no entanto, cabe aqui concentrar-se nas simetrias que mais diretamente se relacionam com os conceitos de “decadência” e “isolamento”, anteriormente abordados.

No romance, ao tomar o poder de seu governo, Francisco de Mascarenhas busca compreender com precisão a Capitania, assim:

De todas as informações colhidas obtive o governador uma reprodução bastante real do que era a terra, de modo a ficar ciente que: 1- Era enorme a decadência da capitania; 2- A população decresceu sensivelmente nos últimos 20 anos; 3- Os núcleos urbanos despovoaram-se; 4- Os habitantes deixaram os núcleos urbanos pela parte rural, onde se asselvajaram, esquecendo as práticas religiosas e uso e o valor do dinheiro; [...] 6- A mineração quase não existia; [...] 10- Dominava o espírito de derrota e ruína que

fazia do goiano o mais triste dos seres (Chegou o Governador, 1987, p. 55/6).

Nas informações que o personagem protagonista colhe sobre a Capitania de Goiás fica evidente que esta passava por sérios problemas. Percebe-se nas entrelinhas da ficção a presença de um discurso de vários autores da história goiana. Apontar para a decadência da Capitania, o êxodo da população, a extinção quase total da atividade aurífera e o desânimo que acometia o goiano naquela época foi o que fez a maioria dos viajantes que relataram esse vasto solo da colônia portuguesa. Além da concomitância temática, fica evidente a preocupação de Bernardo Élis, como pesquisador da Historiografia, uma vez que em tão pequeno trecho cruzam-se várias concepções, a fim de dar um panorama do que foi a terra goiana na primeira metade do século XIX.

Ao terceiro mês, após a chegada do novo governador, Mascarenhas resolve fazer sua primeira viagem às águas quentes da Lagoa da Piratininga, lugar afamado por outrora ter curado os males do então ex-governador Tristão da Cunha Meneses. Apesar de não sofrer de qualquer mal, o jovem governador cultivava tal viagem com o intuito de conhecer o local de onde brota significativa “dádiva de Deus” e de talvez promover esforços para que o lugar se tornasse mais conhecido e visitado, tanto pelo povo da Capitania quanto dos lugares ainda distantes. Nesta viagem apresentada no romance é possível perceber o estado que vai surgindo da Capitania. Ao expor o retrato exterior à Vila Boa o narrador aponta:

Taperas estavam por toda a parte: fazendas abandonadas ou minúsculas e paupérrimas casas que não possuíam nem currais, nem paióis. O mais impressionante eram as povoações abandonadas, algumas com um número considerável de casas relativamente bem construídas, com igrejas, altares ornamentados, imagens e paramentos, sinos e missais – tudo abandonado, sem um único habitante. Reino de fantasmas e lendas, das quais o povo

fugia apavorado e para as quais afluíam morcegos e corujas (Chegou o Governador, 1987, p. 101).

A narrativa de ficção, predominantemente em terceira pessoa, aponta que, ao chegar o término do governo de D. Francisco, não se via grandes perspectivas na Capitania. Tanto por parte de Mascarenhas quanto da população local o espírito era acometido, como sempre, por uma descrença sem precedentes. Tudo parecia conspirar contra as tentativas de empreendimento as quais se dedicava o jovem governador, e tudo mais era um deserto naquele momento.

D. Francisco, por estas alturas aceitava aquela antiga observação de Ângela: - Vila Boa é um degredo. - E sempre se lembrava de uma frase atribuída ao ex-governador D. José de Almeida Vasconcelos, em carta ao vigário de Meia Ponte, onde o grande homem confessava melancolicamente: “Conversando ontem com os meus botões, que são agora os que me fazem a corte, por estar a Vila uma tapera...” (Chegou o Governador, 1987, p. 114).

Com um olhar final sobre a Capitania, o protagonista aponta as mazelas que acometeram Goiás com fim do ciclo aurífero e o que restou desta terra após a pequena fase de esplendor. No trecho, é explícita a alusão que se faz ao estigma de decadência, reproduzindo o que os primeiros historiadores de Goiás apontaram ao passar em viagem por estas terras.

Aqui, por onde agora passavam, o panorama não diferia: buracos à margem dos rios atestavam antigas catas exauridas, pela vastidão dos campos as fazendas em ruínas, habitadas por morcegos ou por gente paupérrima, que já nem mais conhecia o sal como tempero dos alimentos, que se vestiam de molambos, permanecendo nus durante as viagens ou quando estava em casa ou no trabalho das roças (Chegou o Governador, 1987, p. 138).

Quanto ao conceito de isolamento na obra de Bernardo Élis, a abordagem parece não diferir das perspectivas que o autor assumiu acerca do estigma de decadência. Quando o romance

apresenta o plano de construção do Pavilhão, um dos primeiros empreendimentos que o novo governador propõe para a diversão e entretenimento do povo goiano, aponta para um mal causado pelo isolamento: o goiano se via ocioso em demasia e por consequência contribuía em grande medida para o espírito de um povo entregue à sorte. A narrativa, ao abordar os objetivos pelos quais Mascarenhas se dedicou para referido projeto, recupera a visão geral dos tempos de governança dos antecessores do Capitão-General: “Na verdade, era difícil aguentar a pasmaceira desse governo, em que as relações não se efetivavam impedidas pela distância, pela preguiça, pelo desestímulo de todos” (Chegou o Governador, 1987, p. 91/2). D. Francisco via a necessidade premente de ocupar aquele povo com atividades de lazer, uma vez que via, no ócio, um grande aliado para a discórdia e para os “mexericos”, causadores de tão grandes males naquele ermo lugar. Tudo isso era, segundo o jovem, fruto do distanciamento, da impossibilidade de se comunicar tão facilmente com outros povos, o que fazia do goiano um grupo fechado em si mesmo e sem nenhuma perspectiva de vencer as barreiras do “isolamento”, causador do fracasso geral. “Parece, porém, que havia um castigo, um capricho da sorte, e nada andava, nada se desenvolvia. Não havia gente capacitada para o trabalho, nem recursos, com a distância e o deserto matando tudo e todos” (Chegou o Governador, 1987, p. 101).

Associados à “decadência” e ao “isolamento”, diversos fatores apontavam para um inevitável fim da outrora próspera Capitania. As consequências dessa total desolação eram vividas pela maioria do povo, que muitas vezes se via obrigado a fugir, buscando refúgio onde não poderia ser facilmente encontrado pelo poder público, uma vez que os homens menos abastados quase sempre não podiam cumprir com as obrigações exorbitantes a que a Corte submetia os servos seus. A obra aponta para circunstâncias desta natureza, quando:

É bem verdade que se o isolamento por tal forma, o homem ia perdendo contato com a civilização, esquecia os

princípios religiosos e as regras de civilidade, bem como o uso da linguagem escrita, retornando à barbárie. Mas a única forma de viver mais ou menos em paz era essa, incluindo-se entre os problemas afastados dos vadios (Chegou o Governador, 1987, p.137).

Com estas exemplificações, se levarmos em consideração os contatos entre história e literatura, presentes na obra *Chegou o Governador*, de Bernardo Élis, percebemos que o ficcionista, ao compor seu romance foi, a priori, um atento pesquisador da história de Goiás. Bernardo Élis representa com objetividade e clareza a história de determinado tempo goiano. O autor usa de uma linguagem específica, reconstrói, alude e impressiona o leitor com sua habilidade artística. É pelas mãos desse artista que conhecemos a arte de (re)fazer o sertão goiano; reportamo-nos a um espaço de real/ficcional sem perder os referenciais de obra engajada em seu contexto. Para tanto, parece confirmar-se aqui que o artista, no que tange às fontes de sua pesquisa, tem privilegiado o que a Historiografia aponta como fontes primárias e pouco, ou nada trabalhou acerca do que escreveram os mais recentes historiadores e suas perspectivas de revisão das ciências históricas. A narrativa, nesta quase tarefa de relatar a Capitania do início do século XIX, expõe a visão que os primeiros viajantes empregaram sobre as terras do Anhanguera. No romance, os estigmas de “decadência” e “isolamento” são bem delimitados e repassados ao leitor com a mesma essência, cuja promoção original se atribui àqueles que primeiro os relataram.

Esse caminho pelo qual percorreu Bernardo Élis em seu romance aponta para várias recorrências históricas que vão além das temáticas aqui abordadas. Quase todos os personagens da ficção, por exemplo, foram retirados das páginas da história; outro aspecto é o da alusão feita à invasão napoleônica em terras portuguesas e à vinda da Corte para o Brasil. Todo esse trabalho, ao que consta, confirma a mesma visão da Historiografia tradicional, assim como a tendência à historiador, empreendida pelo artista, em sua síntese histórico-ficcional. Muitos elementos

na obra de Élis assinalam para as várias pesquisas históricas que fez, tanto que, o romance, ao conduzir a ficção pelas alamedas da história, tem impressionado os mais diferentes leitores: “Quando lançou Chegou o Governador [...], li-o de uma sentada, emocionado. Eu conhecia das minhas pesquisas quase todos os personagens citados, mas não o destino que os unia (BERTRAN, 1998, p. 22).

Coube, na perspectiva da contribuição da literatura para com a história, a partir da exposição do romance de 1987, a retomada dos conceitos que formaram os pilares da Historiografia goiana, a saber, “decadência” e “isolamento”, reforçando-os ainda mais. À narrativa artística, no entanto, resta a grande contribuição da história para a composição ficcional de seu enredo, tão bem entrelaçado aos retratos originados daquela ciência. Neste aspecto a obra ainda ganha por ser, a partir do diálogo que estabeleceu com a história, estimado por Romance Histórico Tradicional.

Referências

- ALENCASTRE, J.M.P. Anais da Província de Goiás. Brasília: SUDECO, 1979.
- BAKHTIN, Mikhail. Epos e Romance: Sobre a metodologia do estudo do romance. In: BAKHTIN, Mikhail. Questões de Literatura e Estética: A Teoria do Romance. (Trad. De Aurora Fornoni Bernardini et al). 2ª. ed, São Paulo: Hucitec, 1990.
- BERTRAN, Paulo. Elegia a Bernardo Élis. DF Letras: A Revista Cultural de Brasília, Brasília, ano IV/V, n. 47, p.20-23, 1998.
- BRASIL, Americano do. Súmula da História de Goiás. 3. ed. Goiânia: Unigraf, 1982.
- CHAUL, Nasr Nagib Fayad. Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: Ed. Da UFG, 1997.
- D’ALINCOURT, Luiz. Memória sobre a Viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá. Belo Horizonte: ed. Itatiaia/São Paulo: EDUSP, 1975.
- ÉLIS, Bernardo. Chegou o Governador. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

_____. Marechal Xavier Curado, criador do Exército Nacional. Goiânia: Ed. Oriente, 1973.

ESTEVES, Antônio Roberto. O Novo Romance Histórico Brasileiro. In: ANTUNES, Letizia Zini. (org) Estudos de Literatura e Lingüística. São Paulo: Arte & Ciência, 1998.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. Chorographia Histórica da Província de Goyaz. Goiânia: Líder/SUDECO, 1979.

NUNES, Benedito. A Narrativa Histórica e a Narrativa Ficcional. In: RIEDEL, Dirce Côrtes (org) Narrativa: Ficção e História. Rio de Janeiro: Imago, 1988.

PALACIN, Luiz. Goiás 1722/1822: estrutura e conjuntura numa capitania de minas. 2. ed. Goiânia: Oriente, 1972.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem à Província de Goiás. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1975.

Recebido em 30/09/2016.

Aceito em 16/01/2017.